

CB
5/10/97 27
03

Selo verde para conter a devastação

Mais exigentes do que nunca, consumidores aceitam pagar preços maiores por produtos de madeira, desde que a extração seja controlada

Juliana Sofia
Da equipe do Correio

Fatias da Floresta Amazônica são espalhadas diariamente por várias partes do mundo. Na Comunidade Econômica Europeia, nos Estados Unidos e até no Japão se transformam em móveis, lambris, portas e esquadrias. Das florestas replantadas do Sul do país, a madeira brasileira vira celulose e vai direto para fábricas de papel na Escandinávia e na Suécia. Por conta disso, o Brasil atualmente detém 4% do mercado internacional de madeira tropical e 7,2% do comércio mundial de celulose.

São números modestos, se for levado em consideração que, somente na Amazônia, estão concentrados 30% de toda a madeira tropical do mundo. Mas o que hoje é um mercado restrito, no futuro pode ser ainda menor. Cresce entre os importadores de madeira a exigência pela certificação do produto. Ou seja, quem compra quer saber se a exploração da matéria-prima deixou rastros de devastação.

As restrições comerciais de caráter ecológico são uma febre mundial cuja temperatura só tende a subir. Na União Européia, por exemplo, desde 1992 está em vigor um programa de selo ecológico (ecolabelling) que encoraja os consumidores a comprar produtos com base no impacto ambiental de seu uso ou processo de produção.

Isso já vale para máquinas de lavar roupa e pratos, tintas e vernizes, lâmpadas, fertilizantes, papel higiênico, sabão para lavar roupa, camisas, roupas de cama, papel-toalha e de fotografia e refrigeradores. Como a obtenção do selo implica aumento de custos, em alguns casos, estampá-lo significou perder consumidores. São exceções. Tanto é que, neste ano ainda, o selo deve ser estendido para pa-

péis convertidos e reciclados, tecidos sintéticos e de lã, computadores e calçados.

E mais. De acordo com uma pesquisa publicada em 1994 pelo professor da Universidade de Piracicaba Virgílio Vianna, no mercado consumidor norte-americano, 67% dos consumidores de classe média e alta mudaram seus padrões de consumo com base em razões ambientais.

SELO

Diante de um mercado que priorizará os produtos certificados, os exploradores de madeira no Brasil começam a reagir. Em ritmo de tartaruga, é verdade. Mas é certo também que até pouco tempo não existia um selo destinado ao produto. Fundada em 1993, o *Forest Stewardship Council* (FSC), uma organização internacional independente, sem fins lucrativos, veio ocupar esse espaço em branco.

Sua proposta é promover o bom manejo florestal. O conselho não emite os certificados e, sim, credencia empresas certificadoras no mundo inteiro, que atestam se determinada empresa obtém seus produtos manejando sua área florestal de acordo com os princípios e critérios estabelecidos (ver quadro).

"Para os ambientalistas o selo é uma certificação de que há a conservação da floresta", explica o secretário-executivo do FSC no Brasil, Walter Suiter. "Para a comunidade, que depende da floresta, traz a certeza de benefícios econômicos, já que trabalham na exploração, e de que a floresta terá continuidade", acrescentou Suiter. "E, para os empresários, significa um maior acesso a mercados preferenciais", concluiu.

O selo verde, como está sendo chamada a certificação no Brasil, ainda está sendo adequado à rea-

OS DEZ MANDAMENTOS DO MANEJO FLORESTAL

- 1 - Observação das leis e dos princípios do FSC**
O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais, os tratados e os acordos internacionais dos países signatários, e devem cumprir com todos os princípios e critérios do FSC.
- 2 - Direitos e responsabilidades de tendência e de uso**
A tendência e os direitos de uso a longo prazo sobre a terra e os recursos florestais devem estar claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.
- 3 - Direitos dos povos indígenas**
Os direitos legais e constitucionais dos povos indígenas para possuir, usar e administrar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.
- 4 - Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores**
O manejo florestal deve manter e/ou elevar o bem-estar social e econômico dos trabalhadores florestais e das comunidades locais a longo prazo.
- 5 - Benefícios da floresta**
O manejo floresta deve promover o uso eficiente de produtos e serviços múltiplos da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma gama de benefícios ambientais e sociais.
- 6 - Impacto ambiental**
O manejo florestal deve conservar a diversidade biológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos e os ecossistemas. E, assim sendo, manter as funções ecológicas e a integridade das florestas.
- 7 - Plano de manejo**
Um plano de manejo, de acordo com a escala e a intensidade de operações propostas, deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos e os meios para alcançá-los a longo prazo devem estar claramente expressos.
- 8 - Monitoramento e avaliação**
O monitoramento deve ser feito, de acordo com a escala e a intensidade do manejo florestal, para avaliar a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, os impactos sociais e ambientais dessas atividades.
- 9 - Manutenção de florestas naturais**
As florestas primárias, as secundárias bem desenvolvidas e os lugares de importância ambiental, social ou cultural devem ser conservados. Não devem ser substituídos por plantações florestais nem por outros usos do solo.
- 10 - Plantações**
As plantações devem ser planejadas e manejadas, de acordo com os nove mandamentos acima. Elas podem oferecer vários benefícios sociais e econômicos, além de suprir a demanda mundial por produtos florestais. Mas devem também complementar o manejo e reduzir as pressões sobre as florestas naturais.

lidade do país. Enquanto os novos padrões não saem, as empresas brasileiras que querem o selo estão sendo submetidas às normas vigentes no resto do mundo. Já estão certificadas a Duratex, Eucatex, Florestas Rio Doce (da Vale do Rio Doce) e a Mil Florestal. A Klabin está em processo de análise.

CUIDADOS

A Mil Florestal só conseguiu entrar, de verdade, no fechado mercado alemão de madeira depois que obteve o selo verde, concedido pela certificadora *Rainforest Alliance*, em junho. "Só conseguimos participar de uma licitação governamental na Alemanha porque ti-

nhamos o selo", contou o diretor da Mil, Frederico Bürger.

Desde o fim do ano passado, a madeira exporta para a Holanda e vinha vendendo de forma restrita, até vencer a licitação, para a Alemanha. Ao todo, nesse período, foram mandados para a Europa entre dois mil e 2,5 mil metros cúbicos de madeira.

Segundo Bürger, os custos do produto em si não aumentam com a certificação. "A forma como o manejo é feito é que encarece a madeira", esclarece o diretor. Ele lembra que desde 1994 a empresa trabalha com manejo florestal por opção dos acionistas da empresa. Para alguns tipos de madeira, a aplicação do manejo levou a um

aumento do produto da ordem de US\$ 10 a US\$ 40 por metro cúbico, o que representa um acréscimo de 15% no preço final.

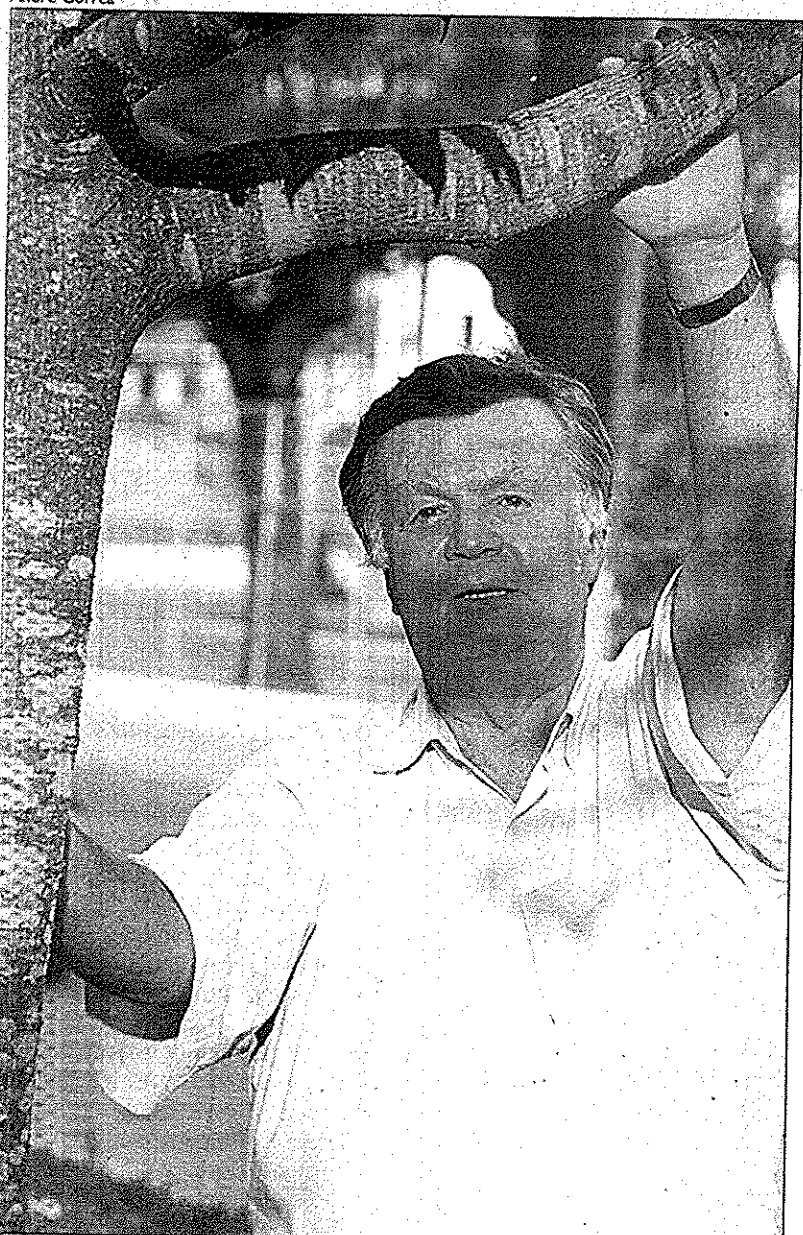
"Mas os próprios clientes se prontificaram a pagar esse aumento porque o preço lá fora também é alto por causa do manejo", detalhou Bürger. Ele explica que o manejo florestal adotado pela Mil obedece a rigorosas regras.

A área útil da propriedade (50 mil hectares), que fica no município de Itacoatiara (AM), foi dividida em talhões (parcelas de terra) de cerca de dois mil hectares. As árvores de madeira comercial maduras e com diâmetro médio foram inventariadas e mapeadas.

Dentro das regras, a empresa só

pode explorar um talhão por ano. Na exploração, cortam-se apenas as árvores maduras, abrindo um mínimo de trilhas possível. Esses cuidados permitem que o mesmo talhão volte a ser explorado dentro de 25 anos. As madeiras comuns cortam as árvores de lei em volta da serraria e depois que os recursos se esgotam em um raio de cem quilômetros, mudam de lugar.

A auditoria, análise do *modus operandi* da madeira, custa US\$ 70 mil por 120 mil hectares de plantio. Além disso, é preciso pagar uma pequena taxa para o uso do selo. A validade dele é de cinco anos e, a cada 12 meses, são realizadas operações de monitoramento.



Suiter: "Os asiáticos acabaram com suas florestas e estão vindo para cá"

Governo privatizará floresta

Até 1988, vigorou no Brasil a política de reflorestamento das áreas afetadas pela exploração de madeira. Depois de derrubar hectares e hectares de árvores, as empresas exploradoras promoviam o replantio. Isso foi um bom negócio para os grandes proprietários de madeiras que não precisavam pagar impostos, se investissem em reflorestamento.

Nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul essa prática foi constante e mais de 900 mil hectares foram replantados. Mas o governo decidiu acabar com a renúncia fiscal. Em vez de plantar outra vez e precisar esperar anos para se ter de volta a floresta, a solução mais racional hoje é trabalhar com o manejo florestal.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) quer dar um

passo além. Deve sair ainda este mês, um edital que permitirá às empresas privadas se candidatarem a explorar uma área de cinco mil hectares da Floresta Nacional de Tapajós, no Pará. A proposta faz parte da estratégia do governo federal de privatizar as florestas nativas para elevar a oferta de madeira obtida com o manejo sustentado.

Todo o processo para a privatização estava pronto, mas entidades não-governamentais entraram com uma ação na Justiça para impedir a sua concretização. A alegação era a de que a comunidade local não seria atendida com a licitação. A área foi demarcada novamente e, de acordo com o diretor de Recursos Renováveis do Ibama, Paulo Benincá, não deverá haver nenhum problema a partir de agora para tocar a proposta. (JS)

Exportação de mogno diminui

A exportação da madeira brasileira obedece a um regime de cotas fixadas pelo governo. O contingenciamento é realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), que vem diminuindo as cotas para assegurar a preservação de algumas espécies. O mogno, por exemplo, que é a madeira mais valiosa, teve uma redução de cotas significativa. De cem mil metros cúbicos liberados para exportação, em 1994, o limite caiu para 65 mil este ano.

Além do mogno, as principais espécies vendidas lá fora são virola, pinho, ipê, louro, cedro, jatobá, andiroba e imbuia. Vale lembrar que, enquanto o número de exportações é pequeno, as vendas no mercado interno são exorbitantes. O Brasil é o segundo maior consumidor de madeira tropical. Perde apenas para a Indonésia que, além de consumir muito, produz madeira tropical em larga escala.

Junto com a Malásia, a Indonésia é um dos líderes de exportação. Mas os recursos naturais começam a escassear no país. Resultado: grandes madeiras asiáticas estão invadindo a Amazônia com sua experiência de colheita, equipamentos, capital e clientes certos. "Eles acabaram com o que tinham por lá e estão vindo agora para cá", critica o secretário-executivo do *Forest Stewardship Council* (FSC) no Brasil, Walter Suiter.

Os asiáticos não são os únicos a explorar a Amazônia sem o devido manejo florestal. "A Amazônia tem uma vocação que é incontestável. Mas não é uma minoria que trabalha no sentido oposto ao de se alcançar o modelo sustentado, com baixo impacto e com vistas à manutenção do setor", disse o diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama, Paulo Benincá.

Ele conta que atualmente existem 3,5 milhões de hectares de Floresta Amazônica explorados com manejo florestal, o que representa apenas 10% da quantidade ideal. "Seriam necessários 35 milhões de hectares com planos de manejo com rotação de 30 anos", estima o diretor. Para se fazer a rotação, a área total teria de ser dividida em 30 parcelas a serem exploradas uma a cada ano. "Com esse plano poderíamos exportar exatamente a mesma coisa que exportamos hoje", calculou Benincá. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 611 milhões em madeira e manufaturas de madeiras. (JS)